



ATA N.º 3

22-11-2017

Aos vinte e dois dias do mês de novembro de dois mil e dezassete, na sala de reuniões da Câmara Municipal de Cuba, sob a presidência do Senhor Presidente da Câmara João Manuel Casaca Português, realizou-se a terceira reunião ordinária deste Órgão Executivo, com a participação dos Senhores Vereadores Luís José de Brito Camacho Barriga, Francisco Xavier Candeias Fitas, Maria Jacinta Cardoso Grilo e Noémia Ermelinda Rocha Frago Ramos. -----

Participaram também nos trabalhos o Jurista - Chefe da Unidade de Apoio Jurídico, Desenvolvimento, Cultura e Sociedade, Vítor Manuel Parreira Fialho, a quem incumbe a função de prestar os esclarecimentos julgados necessários sobre os assuntos submetidos a deliberação e José Francisco Ribeiro Roque, Coordenador Técnico da Câmara Municipal de Cuba, designado para secretariar as reuniões do órgão executivo. A reunião teve início às nove horas e trinta minutos, depois de todos os membros da Câmara terem tomado os seus lugares e se verificar existir quórum. -----

#### PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA. -----

Cumprimento do disposto no art.º 52.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

(Em cada sessão ou reunião ordinária dos órgãos das autarquias locais é fixado um período de antes da ordem do dia, com a duração máxima de 60 minutos, para tratamento de assuntos gerais de interesse autárquico. -----

A Sr.ª Vereadora Noémia Ramos apresentou uma súmula do trabalho realizado durante a última quinzena: -----

O trabalho realizado pela Vereadora, Noémia Ramos, no período de 05 a 21 de novembro continua a ter a finalidade de diagnosticar, planear, gerir e encontrar os recursos necessários à superação das situações identificadas ou que lhe são colocadas, no âmbito dos pelouros que lhe foram atribuídos, bem como a gestão dos recursos humanos adstritos aos serviços desses mesmos pelouros. Especificando, foram desenvolvidas um conjunto de atividades: Ação Social e Saúde - reuniões de trabalho com os colaboradores do Serviço de Ação Social e Saúde, visando o acompanhamento dos vários projetos sociais e programas ocupacionais de apoio ao emprego; estabelecimento de procedimentos e metodologias de intervenção social integradas e articuladas com as entidades locais; Reunião de trabalho com o Presidente e Secretária da CPCJ; Reunião com a Técnica de Emprego, do IEPF, responsável pelo concelho de Cuba e a colaboradora da CMC pelos Programas Ocupacionais; Adesão da CMC às

comemorações da Diabetes/2017, através da promoção da caminhada “A andar com a Diabetes – juntos hoje a proteger o amanhã”, em parceria com a ULSBA e com o Centro de Saúde de Cuba, envolvendo o setor do desporto e o Gabinete de Informação e Comunicação da CMC; Participação na sessão pública “Para uma nova geração de Políticas de Habitação”, promovida pela Secretaria de Estado da Habitação; Educação - reuniões de trabalho com o serviço de ação educativa, visando a colocação de colaboradores para apoio ao ensino pré-escolar e 1.º ciclo, planeamento e agilização de procedimentos para implementação do programa “Regime de Fruta Escolar”; Preparação de informações e projetos a apresentar no Conselho Geral do Agrupamento de Escolas de Cuba (AEC); Participação no Projeto Eco-Escolas, na Assembleia Geral do 1.º Ano, do 1.º ciclo, do Agrupamento de Escolas de Cuba; Participação nas diversas iniciativas do dia de S. Martinho promovidas pelo polos escolares; Reunião de trabalho com os Recursos Humanos da CMC afetos ao polo escolar de Faro do Alentejo; Visita á sede do Agrupamento de Escolas de Cuba e respetivos polos escolares, conjuntamente com o Vice-Presidente da CMC e os Senhores Diretores, com o objetivo de efetuar o levantamento “in loco” dos problemas e necessidades no ensino pré-escolar e 1.º ciclo no concelho; Participação nas iniciativas da Escola Profissional de Cuba, no magusto e no I Torneio Desportivo Inter-escolas, que contou com a participação de 10 escolas profissionais, num total de 200 participantes; Reunião de trabalho com os responsáveis pelo Projeto “Cuba Clil Is in”, no âmbito do Programa Erasmus. Proteção Civil – Acompanhamento das ocorrências no concelho, monitorização e divulgação de informação pública sobre o risco de incêndio e do licenciamento, ou não, para queimas e queimadas. Comunicação Social – estabelecimento de procedimentos no GICO que permitam o acompanhamento e monitorização do trabalho desenvolvido, no âmbito da informação, divulgação e promoção de iniciativas da CMC e do movimento associativo do concelho. -----

Atendimento aos munícipes; reuniões de trabalho para a preparação do Orçamento 2018 e GOP`s. -----

O Vice-Presidente Francisco Fitas apresentou, na área dos seus pelouros, um resumo do trabalho efectuado durante a última quinzena, designadamente, as reparações do Posto de Turismo e da Biblioteca Municipal de Cuba; Desmontagem da Feira da Caça da Pesca e do Mundo Rural em Faro do Alentejo; Continuação das reparações em habitações sociais; Colocação de sinalização rodoviária; Início da limpeza de árvores no parque empresarial e no espaço dos tanques; Início da montagem da iluminação de natal.

No Estaleiro Municipal continua com normalidade o trabalho que deve ser feito diariamente. -----

O Sr. Presidente da Câmara Informou que na última quinzena o trabalho que mais



tempo lhe absorveu foi a preparação do Orçamento e do Mapa de pessoal com o respectivo organigrama, bem como o do diagnóstico da AMCAL.

O Sr. Vereador Luís Barriga questionou o Sr. Presidente da Câmara sobre o andamento da empreitada da Casa Fialho de Almeida e qual a data prevista para a sua conclusão.

O Sr. Presidente respondeu que a obra está a decorrer e que no dia de hoje haverá uma reunião com o projetista. Disse que existe um conflito com o empreiteiro relativamente a trabalhos a mais apresentados por este com os quais a Câmara não concorda. Pensa que a obra estará concluída na próxima Primavera.

A Sr.<sup>a</sup> Vereadora Jacinta Grilo perguntou por que razão apenas foi distribuída a parte final do documento que pretendiam ver distribuído pelos trabalhadores.

O Sr. Presidente respondeu que o documento vinha impresso numa folha com o logotipo do Partido Socialista e que na Câmara não circulam documentos de nenhum partido, exceptuando os períodos de campanha eleitoral.

Os Vereadores do Partido Socialista tendo sido eleitos por esse mesmo partido no passado ato eleitoral consideram que a informação remetida apesar de ter logotipo do PS chegou em nome dos mesmos. Informaram que em momento oportuno irão reenviar a mesma informação retirando o logotipo.

O Sr. Presidente da Câmara disse que o Executivo mostra abertura para fazer circular a informação dos vereadores por uma questão de respeito pela democracia e pelo órgão colectivo, que é a Câmara, mas não tinha que o fazer. A gestão dos recursos humanos é competência do presidente e a informação a estes também. Com certeza os vereadores do PS terão outros meios e outras formas de fazer veicular essa informação, se assim o entenderem. São portanto duas posturas diferentes relativamente a um passado recente quando, por várias vezes os vereadores da oposição foram impedidos de contactar os trabalhadores, não lhes foi cedido um gabinete de trabalho no primeiro ano de mandato e no segundo ano foi cedido um espaço sem condições dignas, em alguns casos, não lhes foi permitido usar da palavra. -----

O Sr. Vereador Luís Barriga considera que a resposta do Sr. Presidente vai de encontro ao que seria de esperar e mais uma vez recorrendo ao passado para explicar as suas atitudes no presente, mas continua sem se compreender "porque é que se deu conhecimento aos trabalhadores apenas de uma parte da nossa informação e não se devolveu desde logo a mesma, com o argumento agora invocado."

A Sr.<sup>a</sup> Vereadora Noémia Ramos respondeu dizendo que a informação que circulou foi a que se considerou mais importante para os seus destinatários: os trabalhadores do Município e respectivo atendimento. A informação partidária só deverá circular durante

as campanhas eleitorais. O meu testemunho na qualidade de vereadora eleita pela CDU nunca é utilizada nos contactos e no desempenho da actividade porque é entendimento que no dia em fui eleita passei a ser vereadora de todos os munícipes independentemente das diferenças partidárias. -----

**BALANCETE DE TESOUREARIA REFERENTE AO DIA 21 DE NOVEMBRO DE 2017: € 391 452,71.** -----

**ORDEM DO DIA.** -----

**1. SPORTING CLUBE DE CUBA. PEDIDO DE LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO. PEDIDO DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS.** -----

Foi presente à Câmara o despacho do Sr. Presidente que autorizou a emissão de uma licença especial de ruído, requerida pelo Sporting Clube de Cuba, para realização de um baile no Salão dos Bombeiros Voluntários de Cuba, entre as 22,00 horas do dia 11 e as 4,00 horas do dia 12 de novembro de 2017. -----

A Câmara, por unanimidade, de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 35 da Lei n.º 75/2013, de 12/09, designadamente: *"Em circunstâncias excepcionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade"*, deliberou ratificar o despacho do Sr. Presidente da Câmara. -----

**2. ELEIÇÃO DOS ÓRGÃO DAS AUTARQUIAS LOCAIS – AL'2017 – 01 DE OUTUBRO DE 2017. TRANSFERÊNCIA DE VERBAS PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS.** -----

Nos termos do Despacho n.º 9008/2017, publicado no Diário da República, 2.ª série – N.º 197, de 12 de outubro, foi transferida, para a Câmara Municipal, a verba a que se refere o art.º 1 do Decreto-Lei n.º 410-B/79, de 27 de setembro, no valor de € 450,40 (Quatrocentos e cinquenta euros e quarenta cêntimos). -----

Da aplicação da fórmula de cálculo, através dos coeficientes de ponderação, resulta a seguinte distribuição por freguesia: -----

(Verba por concelho x n.º de sv-secções de voto na freguesia) : n.º de sv no concelho + (verba por eleitor x n.º de eleitores) + verba por freguesia. -----



Cuba:  $(214,00 \times 3):7 + (0,02 \times 2564) + 40,00 = € 182,99$  -----

Faro do Alentejo:  $(214,00 \times 1):7 + (0,02 \times 470) + 40,00 = € 79,97$  -----

Vila Alva:  $(214,00 \times 1):7 + (0,02 \times 362) + 40,00 = € 77,82$  -----

Vila Ruiva:  $(214,00 \times 2):7 + (0,02 \times 424) + 40,00 = € 109,62$  -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou proceder à transferência das verbas correspondentes a cada uma das freguesias. -----

**3. PIERRE ANDRE CHARLES GACHET. PEDIDO DE EMISSÃO DE PARECER FAVORÁVEL PARA A CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE RELATIVAMENTE A PRÉDIOS RÚSTICOS.**

Solicita o Sr. Pierre Andre Charles Gachet a emissão de parecer favorável da Câmara Municipal para a constituição de compropriedade relativamente aos prédios rústicos sítos em "Urmos" inscritos nas matrizes prediais rústicas da freguesia de Vila Ruiva sob os artigos 111 e 112, secção A, não resultando dessa compropriedade parcelamento físico dos prédios em questão. -----

Estatui o artº. 54.º da Lei nº 91/95, de 2 de setembro, com as alterações que lhe foram introduzidas pela Lei nº 64/2003, de 23 de Agosto que "1. A celebração de quaisquer atos ou negócios jurídicos entre vivos de que resulte ou possa vir a resultar a constituição de compropriedade ou a ampliação do número de compartes de prédios rústicos carece de parecer favorável da câmara municipal do local da situação dos prédios. 2. O parecer previsto no número anterior só pode ser desfavorável com fundamento em que o ato ou negócio visa ou dele resulta parcelamento físico em violação ao regime legal dos loteamentos urbanos, nomeadamente pela exiguidade da quota ideal a transmitir para qualquer rendibilidade económica não urbana. 3. O parecer é emitido no prazo de 45 dias, entendendo-se a sua omissão como parecer favorável. 4. São nulos os atos ou negócios jurídicos celebrados em violação do disposto no nº 1 do presente artigo, tendo também a câmara municipal legitimidade para promover a respetiva declaração judicial". -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou emitir parecer favorável relativamente à constituição de compropriedade. -----

**4. MARIA CRISTINA FARIAS NARCISO RECTO. PEDIDO DE EMISSÃO DE PARECER FAVORÁVEL PARA A CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE RELATIVAMENTE A PRÉDIO RÚSTICO.** -----

Solicita a Sr.<sup>a</sup> Maria Cristina Farias Narciso Recto a emissão de parecer favorável da Câmara Municipal para a constituição de compropriedade relativamente ao prédio rústico sito em "Pinheiro" inscrito na matriz predial rústica da freguesia de Vila Ruiva sob o artigo 52, secção D, não resultando dessa compropriedade parcelamento físico do prédio em questão. -----

Estatui o artº. 54º da Lei nº 91/95, de 2 de setembro, com as alterações que lhe foram introduzidas pela Lei nº 64/2003, de 23 de Agosto que "1. A celebração de quaisquer atos ou negócios jurídicos entre vivos de que resulte ou possa vir a resultar a constituição de compropriedade ou a ampliação do número de compartes de prédios rústicos carece de parecer favorável da câmara municipal do local da situação dos prédios. 2. O parecer previsto no número anterior só pode ser desfavorável com fundamento em que o ato ou negócio visa ou dele resulta parcelamento físico em violação ao regime legal dos loteamentos urbanos, nomeadamente pela exiguidade da quota ideal a transmitir para qualquer rendibilidade económica não urbana. 3. O parecer é emitido no prazo de 45 dias, entendendo-se a sua omissão como parecer favorável. 4. São nulos os atos ou negócios jurídicos celebrados em violação do disposto no nº 1 do presente artigo, tendo também a câmara municipal legitimidade para promover a respetiva declaração judicial". -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou emitir parecer favorável relativamente à constituição de compropriedade. -----

**5. CÂMARA MUNICIPAL DE PORTEL. PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA COLOCAÇÃO DE PENDÕES PARA DIVULGAÇÃO DO EVENTO "FEIRA DO MONTADO".** -----

Solicita o Município de Portel, autorização para a colocação de pendões publicitários, para divulgação da "Feira do Montado", que decorrerá naquela Vila, de 29 de novembro a 3 de dezembro de 2016. -----

A Câmara, por unanimidade, com base na Informação n.º 189/2017, da Subunidade



Administrativa e de acordo com as competências que lhe são cometidas pelo disposto na alínea ee) do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delibera autorizar a colocação dos pendões chamando a atenção do requerente para a necessidade da sua remoção após a realização do evento. -----

**6. JOSÉ ANTÓNIO FITAS. APOIOS SOCIAIS – ALIMENTAÇÃO.** -----

Foi presente à Câmara o despacho do Senhor Presidente que defere, com base na Informação n.º 86/2017, do Serviço de Ação Social e Saúde, atendendo à situação explanada, e ao facto do munícipe reunir os requisitos para poder ser apoiado no âmbito dos Apoios Sociais, nos termos do disposto na alínea v) n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09, em articulação com as alíneas a), b) e f) do n.º 1 do art.º 2.º do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios Sociais, o pedido de apoio para alimentação, no valor de € 50,00, formulado pelo Sr. José António Fitas. -----

A Câmara, por unanimidade, de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 35 da Lei n.º 75/2013, de 12/09, designadamente: *“Em circunstâncias excecionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade”*, deliberou ratificar o despacho do Sr. Presidente da Câmara. -----

**7. GREGÓRIO ANTÓNIO FÉLIX CANILHAS. PEDIDO DE PAGAMENTO DE DÍVIDA DE ÁGUA, EM PRESTAÇÕES. LOCAL DE CONSUMO: RUA XAVIER VIEIRA, N.º 4, EM CUBA. -**

Solicita o Sr. Gregório António Félix Canilhas, na qualidade de consumidor de água na morada indicada, a possibilidade de poder proceder ao pagamento da quantia proveniente de consumo que tem em dívida e em processo execução fiscal, no valor de € 464,49, em prestações mensais de € 25,00, de acordo com a simulação anexa, dado que, devido a dificuldades de ordem económica não tem possibilidade de proceder ao pagamento na íntegra. -----

A Câmara, por unanimidade, com base na Informação n.º 191/2017, da Subunidade Administrativa e com base no disposto no art.º 196.º do CPPT (DL n.º 433/99, de 26 de

outubro), na sua versão atualizada, deliberou atender a pretensão do requerente possibilitando o pagamento em 18 prestações: 17 (dezassete) de € 25,00 e 1 (uma) de € 39,49 (acertos), alertando para o facto de que o incumprimento no pagamento de uma dessas prestações pressupõe a liquidação de todas as outras. -----

**8. JOSÉ MARIA LEÃO CHAVEIRO. PEDIDO DE PAGAMENTO DE DÍVIDA DE ÁGUA, EM PRESTAÇÕES. LOCAL DE CONSUMO: TRAVESSA CÂNDIDO DOS REIS, N.º 36 E RUA DE ÉVORA, N.º 43, EM CUBA. -----**

Solicita o Sr. José Maria Leão Chaveiro, na qualidade de consumidor de água nas moradas indicadas, a possibilidade de poder proceder ao pagamento da quantia proveniente de consumo que tem em dívida e em processo execução fiscal, no valor de € 84,25, em 5 prestações mensais, de acordo com a simulação anexa, dado que, devido a dificuldades de ordem económica não tem possibilidade de proceder ao pagamento na íntegra. -----

A Câmara, por unanimidade, com base na Informação n.º 185/2017, da Subunidade Administrativa e com base no disposto no art.º 196.º do CPPT (DL n.º 433/99, de 26 de outubro), na sua versão atualizada, deliberou atender a pretensão do requerente possibilitando o pagamento em 5 prestações: 4 (quatro) de € 19,00 e 1 (uma) de € 13,25 (acertos), alertando para o facto de que o incumprimento no pagamento de uma dessas prestações pressupõe a liquidação de todas as outras. -----

**9. ANA PAULA BENGLA ORTEGA. PEDIDO DE PAGAMENTO DE FATURA DE ÁGUA, EM PRESTAÇÕES. LOCAL DE CONSUMO: RUA 1.º DE MAIO, N.º 30, EM CUBA. -----**

Solicita a Sr.ª Ana Paula Bengla Ortega, a possibilidade de poder proceder ao pagamento da quantia de € 73,12, proveniente de consumo de água que se encontra em dívida, no prédio sito na Rua 1.º de Maio, n.º 30, em Cuba, cujo contrato se encontre em nome de Gonçalo Filipe Abundância Canena, em prestações mensais de € 10,00, dado que, devido a dificuldades de ordem económica não tem possibilidade de proceder ao pagamento na íntegra. -----

A Câmara, por unanimidade, com base na Informação n.º 184/2017, da Subunidade



Administrativa e de acordo com o disposto no art.º 73, pontos 3 e 4 do Cap. V, secção II, do Regulamento Municipal de Abastecimento Público de Água do Concelho de Cuba, deliberou atender a pretensão informando a requerente de que a fatura pode ser paga parcialmente mas o valor das tarifas não pode ser fracionado. -----

**10. MARIA JOÃO BAIÃO SEPÚLVEDA MADEIRA FRAGOSO. PEDIDO DE PAGAMENTO DE RENDA AO DIA 23 DE CADA MÊS. -----**

Solicita a Sr.ª Maria João Baião Sepúlveda Madeira Fragoso a possibilidade de pagamento das rendas de habitação referentes ao prédio sito na Rua de Beja, n.º 16, em Cuba, até ao dia 23 de cada mês, altura em que recebe o ordenado. -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou indeferir o pedido atendendo a que já existe uma deliberação que permite aos arrendatários dos prédios do município a possibilidade de, excecionalmente, e a requerimento, poderem pagar até ao dia 20 de cada mês as rendas que deveriam ser pagas até ao dia 8. -----

Mais informa a Câmara que existe outra deliberação que permite o pagamento sem agravamento, de três mensalidades por ano.-----

**11. SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE CUBA. PEDIDO DE ISENÇÃO DE PAGAMENTO DE TAXAS. -----**

Solicitou a Santa Casa da Misericórdia de Cuba, isenção do pagamento de taxas inerentes ao licenciamento da obra de recuperação e conservação da Igreja do Carmo (Proc. Nº 30/16), propriedade da Instituição. -----

De acordo com o previsto na tabela de taxas, em vigor, a emissão da licença está sujeita ao pagamento das seguintes taxas: -----

Art.º 74 - Taxa de emissão de alvará de licença.....	76,49 €
Art.º 74.1 – Acresce ao montante anterior por mês 9,32 € x 6 meses .....	55,92 €
Art.º 81.1.8 – Outros fins (utilização) .....	157,03 €
Total: .....	289,44 €

Prevê a alínea b) do nº2 do artº 5º do Regulamento de Taxas e Preços do Município de Cuba que “ as instituições particulares de solidariedade social legalmente constituídas,

*pelas atividades que se destinem direta e imediatamente à realização dos seus fins estatutário”, podem estar isentas de taxas ou beneficiar de uma redução até 50% mediante deliberação fundamentada da Câmara Municipal. -----*

A Câmara, por unanimidade, com base na informação n.º 190/2017, da Subunidade Administrativa e em sintonia com as anteriores deliberações sobre esta matéria deliberou reduzir em 50% o valor das taxas a cobrar. -----

## **12. FIXAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS PARA O ANO DE 2018. -----**

Determina o n.º 1 do art.º 26.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que “Os municípios têm direito, em cada ano, a uma participação variável até 5 % no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial, relativa aos rendimentos do ano imediatamente anterior, calculada sobre a respetiva coleta líquida das deduções previstas no n.º 1 do art.º 78º do Código do IRS, deduzido do montante afeto ao Índice Sintético de Desenvolvimento Regional nos termos do n.º 2 do art.º 69º”. A participação referida depende de deliberação sobre a percentagem de IRS pretendida pelo município, a qual é comunicada por via eletrónica pela respetiva câmara municipal à AT, até 31 de dezembro do ano anterior àquele a que respeitam os rendimentos (*vide* n.º 2 do mesmo artigo). -----

Nesta conformidade, deve V. Exª ao abrigo da competência própria prevista na alínea o) do n.º 1 do art.º 35º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, inserir o presente assunto na ordem dos trabalhos da próxima reunião de Câmara, para que o órgão executivo, nos termos da competência prevista na alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33.º da mesma lei, proponha à Assembleia Municipal a fixação da percentagem de participação variável no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no concelho de Cuba para o ano de 2018, conforme determina a alínea c) do n.º 1 do art.º 25.º da citada lei. -----

Mais se informa que a percentagem fixada para a participação variável no IRS para o ano de 2017 foi de 5%. -----

Os vereadores do Partido Socialista propõem que a participação variável no IRS para 2018 seja de 4,5%. Numa altura em que tanto se fala na recuperação de rendimentos, seria também importante o Município de Cuba dar um sinal nesse sentido, permitindo



uma devolução aos contribuintes de uma pequena parcela do IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no nosso concelho. Seria uma medida com poucos reflexos nas receitas do Município mas que poderia contribuir para um ligeiro aumento do rendimento disponível dos nossos munícipes e das suas famílias. -----

O Sr. Presidente da Câmara disse que desde que foi criada a participação variável de IRS a fixar pelos municípios no ano de 2008, apenas um ano, no ano de 2010, ano pós eleitoral, o PS baixou a taxa de IRS no concelho. Nestes 10 anos, desde a implementação desta medida, o Município de Cuba optou sempre pela taxa máxima por considerar que, em primeiro lugar os municípios não devem ter competências fiscais e, em segundo lugar, porque quando foi criada esta participação do IRS, enquanto rendimento das autarquias, o montante idêntico lhe foi retirado das transferências correntes do estado. Entendemos que esta medida de baixar o valor do IRS é uma proposta eleitoralista, demagógica e irresponsável porque não tem repercussões nas condições de vida das famílias nem permite a recuperação de rendimentos, mas pode ter repercussões na gestão da Câmara, impedindo-a de realizar investimentos e acções importantes para as populações. Por outro lado, no ano em que o próprio governo aumentou o escalonamento do IRS e já contribuiu ele próprio, já que é a sua competência, para a reposição de rendimentos às famílias, faz ainda menos sentido que o município opte por esta diminuição. -----

A Câmara, por maioria, com o voto contra dos vereadores do PS, deliberou propor a percentagem de 5% para a participação variável no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no concelho de Cuba para o ano de 2018 e remeter o assunto para aprovação da Assembleia Municipal. -----

### 13. DEFINIÇÃO DAS TAXAS DE IMI PARA O ANO DE 2018. -----

Determina o nº 1 do artº 112º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (doravante CIMI), aprovado pelo Decreto-Lei nº 287/2003, de 12 de novembro, na sua redação atual, que *"As taxas do imposto municipal sobre imóveis são as seguintes: -----*

*a) Prédios rústicos: 0,8%; -----*

*b) (Revogada); -----*

*ful*  
*MP*  
*Nº 12*  
*Grilo*  
*X*  
*ten*

c) *Prédios urbanos - de 0,3% a 0,5%*. -----

No n.º 5 do mesmo artigo é estabelecido que *“Os municípios, mediante deliberação da assembleia municipal, fixam a taxa a aplicar em cada ano, dentro dos intervalos previstos nas alíneas b) e c) do n.º 1, podendo esta ser fixada por freguesia.”* -----

Por outro lado, impõe o n.º 12 do mesmo artigo que *“As deliberações da assembleia municipal referidas no presente artigo devem ser comunicadas à Direcção-Geral dos Impostos para vigorarem no ano seguinte, aplicando-se as taxas mínimas referidas no n.º 1, caso as comunicações não sejam recebidas até 30 de Novembro”*. -----

No que se reporta à criação e fixação de taxas municipais estatui a alínea b) do n.º 1 do art.º 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, na sua redação atual, que compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal *“Aprovar as taxas do município e fixar o respetivo valor”*. -----

Assim, atendendo a que a taxa de IMI dos prédios rústicos é uma taxa fixa de 0,8% e que deixaram de existir prédios urbanos anteriores à avaliação do IMI, a Assembleia Municipal deverá deliberar apenas sobre o valor da taxa prevista na alínea c), isto é, fixar para os prédios urbanos uma taxa entre 0,3% e 0,5%. -----

Para esclarecimento e melhor decisão, anexa-se tabela retirada do Portal das Finanças com o valor das taxas de IMI fixadas pelo Município de Cuba, no período compreendido entre 2005 e 2016 (as quais oscilaram entre 0,4% e 0,3%, sendo este último o valor fixado para 2016). -----

Nesta conformidade, deve V. Ex.ª, Sr. Presidente, ao abrigo das competências que lhe são conferidas pela alínea o) do n.º 1 do art.º 35º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, no que concerne ao estabelecimento e distribuição da ordem do dia das reuniões do órgão executivo, remeter a presente informação à próxima reunião da câmara municipal para que esta, no âmbito das competências conjugadas da alínea b) do n.º 1 do art.º 25º da Lei nº 75/2013, de 12/09, e na alínea ccc) do n.º 1 do art.º 34.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09, aprove a proposta de taxa de IMI para vigorar no ano civil de 2018, a submeter à Assembleia Municipal na próxima sessão deste Órgão Deliberativo. -----



Os Vereadores do PS entendem que se deve manter a taxa de 0,3% para o IMI e consideram que a justificação apresentada para investimento das escolas do Pré-Escolar e 1.º Ciclo, apesar de necessárias e defendidas por nós, não são dependentes deste aumento. O investimento da autarquia dependerá das opções que são tomadas e não terá de passar por uma sobrecarga sobre os contribuintes.

O Presidente da Câmara disse: «convém recordar que o concelho de Cuba é o concelho que menos verbas recebe do orçamento de estado e que portanto sugerir diminuição do IRS como a do IMI nas freguesias rurais, significa na prática uma diminuição de 10 ou 20 euros num valor anual, no rendimento das famílias, o que não permite o combate à desertificação nem à fixação de pessoas. Se consultarmos o histórico das taxas de IMI no concelho e na gestão do PS, o valor exceptuando o ano de 2012, foi sempre superior àquilo que foi proposto hoje e, sendo que o montante da receita suplementar proveniente da fixação desta taxa tem como finalidade o investimento nas escolas do concelho, nomeadamente no Pré-escolar e no 1.º Ciclo. No fundo um investimento no futuro da comunidade. No actual QC não existe a possibilidade do financiamento de obras ou acções materiais nas escolas, apenas imateriais, daí a proposta no sentido de serem efectuados estes investimentos, pelo que não basta dizer que defendemos a educação, defendemos o investimento, as escolas, mas quando são apresentadas propostas concretas eles são votadas contra.»

O Sr. Vereador Luís Barriga disse que, pela resposta do Sr. Presidente e pelo verificado, não foi tido em conta pelo executivo a proposta que apresentámos para considerar no orçamento de 2018 a redução do IMI em 30% na localidade de Albergaria dos Fusos e de 15% nas restantes freguesias rurais, Faro do Alentejo, Vila Alva e Vila Ruiva. Esta discriminação positiva que propusemos para algumas zonas do nosso concelho seria importante para reforçar a nossa preocupação com os fenómenos da perda de população e da desertificação que infelizmente se vem a acentuar nestes concelhos do interior. Lamentamos que a maioria CDU não tenha aceite inscrever esta medida no próximo orçamento e com a qual um número significativo de famílias poderia

beneficiar, pois era mais um pequeno mas claro passo do muito que há a fazer sobre esta matéria. -----

O Sr. Presidente da Câmara disse que lhe parece uma proposta surreal afirmar que reduzir o IMI nessas percentagens nas freguesias rurais possa levar à fixação de famílias. Fundamental sim é investir nas freguesias, nas infraestruturas, nos equipamentos, na educação, na promoção e criação de emprego, coisa que infelizmente só aconteceu no último mandato da CDU, porque até aí as freguesias foram completamente abandonadas em termos de investimento. Daí o facto que entre 2001 e 2011 a freguesia de vila Ruiva tenha perdido 25% da sua população e a de Vila Alva, 17%, porque em termos de políticas governamentais e locais nada foi feito para inverter essa situação. -----

A Câmara, por maioria, com os votos contra dos vereadores do PS, deliberou aprovar o valor de 0,35% para a taxa de IMI a vigorar no ano civil de 2018 e submeter o assunto à aprovação da Assembleia Municipal. -----

#### **14. PRÉDIO DEGRADADO. INFORMAÇÃO DA FISCALIZAÇÃO MUNICIPAL. -----**

Foi presente à Câmara a Informação n.º 61/2017, do Serviço de Urbanismo cujo teor se transcreve: -----

“Conforme solicitado, foi feita a verificação ao prédio sito na rua Longa n.º 10, Cuba. --- Não tendo sido possível a entrada ao interior do prédio, verificou-se do exterior que este já sem cobertura, apresenta pelo seu estado de abandono e degradação ao nível estético e segurança estrutural, motivo de preocupação. -----

Trata-se de um imóvel ainda em nome do falecido proprietário e em que o principal herdeiro é o Sr. José Diogo Louro Cabaça, morador na rua de Beja n.º 78 em Cuba. Da conversa tida com o Sr. José Cabaça, ficou bem claro não existir qualquer interesse dos herdeiros pelo imóvel, o que julgo prejudicar a resolução da situação. -----

Para melhor avaliação do estado de segurança, salubridade e aspecto estético do referido prédio, bem como a solução a implementar, deverá ser realizada vistoria conforme previsto no n.º 1 do art. 90 do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação a



qual deverá ser realizada por três técnicos dois dos quais deverão deter habilitação legal para ser autor de projecto, na qual se determinarão as medidas a adotar, pelos proprietários para resolução da presente situação, sendo que a Câmara Municipal poderá oficiosamente ou a requerimento de qualquer interessado, determinar a execução dessas obras por força do disposto no n.º 2 do art.º 89 do citado diploma legal. -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou determinar a realização de uma vistoria para os efeitos consignados na Informação. -----

#### 15. PRÉDIO DEGRADADO. INFORMAÇÃO DA FISCALIZAÇÃO MUNICIPAL. -----

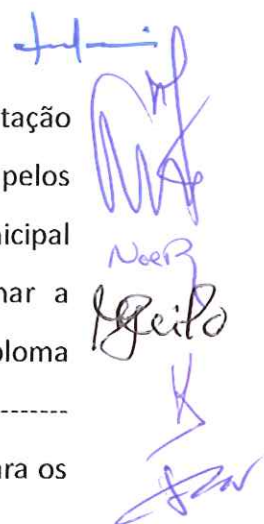
Foi presente à Câmara a Informação n.º 162/2017, do Serviço de Urbanismo, cujo teor se transcreve: -----

A situação de abandono e degradação em que se encontra o prédio sito na rua Longa n.º 22 em Cuba, propriedade de INFLUENCEDEAL IMOBILIARIA LDA, com morada na rua SHOFIA de MELLO BREYNER 42 LOJA C ALBUFEIRA, ALBUFEIRA, 8200-084 ALBUFEIRA é seriamente preocupante. -----

O referido prédio constituído por dois pisos, já sem cobertura e com parte da parede da fachada ameaçando ruir, numa zona de circulação pedonal e estacionamento automóvel, deve urgentemente ser motivo de vistoria para melhor avaliar o tipo de intervenção a realizar. -----

Vistoria essa, que conforme determina o n.º 1 do art. 90 do Regime Jurídico da Urbanização deverá ser realizada por três técnicos, dois dos quais deverão deter habilitação legal para ser autor de projeto, na qual se determinarão as medidas a adotar pelos proprietários para resolução da presente situação, sendo que a Câmara Municipal poderá oficiosamente ou a requerimento de qualquer interessado, determinar a execução dessas obras por força do disposto no n.º 2 do art.º 89 do citado diploma legal. -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou determinar a realização de uma vistoria para os efeitos consignados na Informação. -----



**16. JOÃO ANTÓNIO TARECO ROSA. ENQUADRAMENTO EM PDM DE ARRANQUE DE OLIVEIRAS. ART.º 72-F, EM CUBA. -----**

Vem o requerente solicitar a emissão de certidão de enquadramento em PDM, relativa ao arranque de oliveiras nos prédios acima identificados; -----

Do respectivo enquadramento em PDM, de acordo com a Planta de Ordenamento, verifica-se estar o local inserido em *Áreas com Aptidão Agrícola Dominante*. -----

De acordo com a Planta de Condicionantes, do mesmo plano, há interferência com solos de RAN (Reserva Agrícola Nacional). -----

A Câmara, por unanimidade, com base na Informação n.º 2622/2017, do Gabinete Técnico, deliberou certificar que a ação pretendida não contraria o disposto no PDM, devendo, contudo, o requerente, diligenciar junto da Direcção Regional de Agricultura, a obtenção da respectiva autorização, nos termos do Decreto-Lei n.º 120/86 de 28 de maio. -----

Mais delibera a Câmara salvaguardar o disposto no ponto 6 da informação relativamente à possibilidade de se encontrarem achados arqueológicos. -----

**17. CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. CUMPRIMENTO DA NORMA INSERTA NO N.º 4 DO ARTIGO 49.º DA LEI DE ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2017.**

Em 28/12/2016, foi publicada a Lei n.º 42/2016, que aprova a Lei de Orçamento de Estado para o ano de 2017. -----

Entre outras normas, o artigo 49.º estabelecer as regras aplicáveis aos encargos com contratos de aquisição de serviços. -----

O n.º 4 em sintonia com o n.º 12, ambos do mesmo artigo, determina que as celebrações ou renovações dos contratos de prestação de serviços, são obrigatoriamente comunicadas ao órgão executivo. -----

Nestes termos, em caso de concordância, sou a propor que o Sr. Presidente, por força das competências que lhe são cometidas pela al. o) do n.º 1 do art. 35.º da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, no que concerne ao estabelecimento da ordem do dia, das reuniões do órgão executivo, deve a presente informação ser remetida à próxima reunião ordinária da câmara municipal, para que nela possam tomar conhecimento das



prestações de serviços, sob a forma de avença, que se encontram a decorrer no ano de 2017, conforme mapas em anexo., referentes ao meses de julho, agosto e setembro respetivamente: -----

Contraente	Objeto do Contrato	Início/renovação	duração
António Lancinha Enguiça	Funções no âmbito do sos Cuba repara	novembro de 2016	6 meses (renovável)
Luís Queimado	Ensino e promoção do cante alentejano aos alunos	Janeiro de 2017	6 meses (até 02/07/2017)
Dulce Vasco	Serviço de Apoio Social	Janeiro de 2017	1 ano (até 31/12/2017)
Ana Margarida Baião	Serviço de Apoio Social	Janeiro de 2017	1 ano (até 31/12/2017)
Luís Pestana	Funções inerentes à higiene e limpeza urbana	Janeiro de 2017	6 meses (renovável)
Alexandra Quitato	Limpeza do edifício do Pólo Escolar de Vila Ruiva	Abril de 2017	9 meses
Orlando Veiga	Pintura e manutenção de jardins	Maior de 2017	6 meses
Carlos Manuel Costa Rafael	Funções inerentes à higiene e limpeza urbana	julho de 2017	5 meses

Contraente	Objeto do Contrato	Início/renovação	duração
António Lancinha Enguiça	Funções no âmbito do sos Cuba repara	novembro de 2016	6 meses (renovável)
Duke Vasco	Serviço de Apoio Social	Janeiro de 2017	1 ano (até 31/12/2017)
Ana Margarida Baião	Serviço de Apoio Social	Janeiro de 2017	1 ano (até 31/12/2017)
Luís Pestana	Funções inerentes à higiene e limpeza urbana	Janeiro de 2017	6 meses (renovável)
Alexandra Quitato	Limpeza do edifício do Pólo Escolar de Vila Ruiva	Abril de 2017	9 meses
Orlando Veiga	Pintura e manutenção de jardins	Maior de 2017	6 meses
Carlos Manuel Costa Rafael	Funções inerentes à higiene e limpeza urbana	julho de 2017	5 meses

Contraente	Objeto do Contrato	Início/renovação	duração
António Lancinha Enguiça	Funções no âmbito do sos Cuba repara	novembro de 2016	6 meses (renovável)
Duke Vasco	Serviço de Apoio Social	Janeiro de 2017	1 ano (até 31/12/2017)
Ana Margarida Baião	Serviço de Apoio Social	Janeiro de 2017	1 ano (até 31/12/2017)
Luís Pestana	Funções inerentes à higiene e limpeza urbana	Janeiro de 2017	6 meses (renovável)
Alexandra Quitato	Limpeza do edifício do Pólo Escolar de Vila Ruiva	Abril de 2017	9 meses
Orlando Veiga	Pintura e manutenção de jardins	Maior de 2017	6 meses
Carlos Manuel Costa Rafael	Funções inerentes à higiene e limpeza urbana	julho de 2017	5 meses

A Câmara tomou conhecimento. -----

Os Vereadores do Partido Socialista, relativamente a este assunto, deixaram a seguinte nota: -----

“Queremos manifestar a nossa discordância com a forma como estes contratos de avença foram estabelecidos, tratando-se de contratos que claramente não deveriam ser enquadrados no âmbito da prestação de serviços. Os contratos de tarefa e de avença consubstanciam uma prestação de trabalho não subordinado, ou seja, executado de

forma autónoma pelo trabalhador, sem sujeição a um horário de trabalho e sem sujeição à direção e disciplina da entidade que o contrata, requisitos esses que não nos parecem verificar-se nos contratos referentes a funções de higiene e limpeza urbana e ao serviço de apoio social. Pela natureza das atividades subjacentes à celebração dos referidos contratos e não havendo internamente soluções para satisfazer essas necessidades, deveriam ter sido recrutados trabalhadores através das modalidades de relação jurídica de emprego público, nomeadamente o contrato de trabalho a termo certo ou por tempo indeterminado, situações estas que legalmente são priorizadas em matéria de recrutamento.

No caso das técnicas de serviço social, torna-se até seguramente pouco digno exercer funções técnicas auferindo uma remuneração mensal de apenas 700,00€. Esta situação torna-se ainda mais grave partindo de um executivo de maioria CDU, sendo o PCP um dos partidos políticos que consecutivamente se vem manifestando contra a precariedade nas relações laborais.” -----

O Sr. Presidente da Câmara também discorda dos contratos precários ou sob a forma de avença de alguns trabalhadores que aqui são apresentados. Se não têm neste momento outro vínculo jurídico ou se não procedemos ao recrutamento por tempo indeterminado destes trabalhadores, dando-lhe alguma estabilidade, a culpa é do PS por causa de todas as medidas e políticas implementadas nos últimos anos em que foi governo e onde prejudicou gravemente os trabalhadores da administração pública e todos de um modo em geral, nomeadamente, retirando-lhe direitos, diminuindo os vencimentos e impedindo-os de progredir na carreira. Neste momento tem-se assistido a algumas melhorias relativamente aos trabalhadores fruto da pressão do PCP e do acordo estabelecido entre os dois partidos, na aplicação de mais de 50 medidas para o actual mandato governativo. Como exemplo recente posso dar o levantamento de todos os precários existentes na AP e a possibilidade de muitos deles poderem vir a integrar os quadros das autarquias ou outros organismos públicos. Esta possibilidade nunca surgiu em mandatos de maioria socialista. Só surgiu agora. Mas podia também falar dos aumentos do salário mínimo e do descongelamento das carreiras para 2018. Relativamente aos trabalhadores do município aqui invocados e no que diz respeito à

11-  
M  
Noel  
H. Perlo  
K  
F



área social, é do conhecimento dos vereadores que a técnica superior do quadro da autarquia está em mobilidade até dezembro de 2017 pelo que, até lá, tomar uma decisão definitiva sobre esse assunto poderia não ser o mais adequado em termos de gestão de recursos humanos. Relativamente aos restantes, nomeadamente nas áreas de Limpeza urbana e manutenção dos jardins, estão neste momento a decorrer concursos públicos para 10 pessoas que irão integrar alguma destas vagas. Desde que foi permitido a contratação por parte das autarquias em 2016, o município já contratou 8 trabalhadores e abriu concurso para 10, o que em termos estatísticos representa em 2 anos a tentativa de admissão de 18 pessoas, muitas mais do que o PS nos últimos 10 anos na Câmara de Cuba. Por isso é evidente que nos preocupamos com os trabalhadores, com as suas condições de trabalho e com a salvaguarda dos seus direitos. -----

**18. AÇÃO SOCIAL ESCOLAR - ATRIBUIÇÃO DE AUXÍLIOS ECONÓMICOS A ESTUDANTES. APOIO PARA CANTINA ESCOLAR E MATERIAL/LIVROS ESCOLARES - ANO LETIVO 2017/2018. APRECIACÃO DE CANDIDATURAS (FORA DO PRAZO).** -----

Foram solicitados por 2 pais/encarregados de educação os seguintes apoios: cantina escolar e materiais/livros escolares. Foram recebidas, 3 candidaturas (2 do ensino Pré-escolar e 1 do 1.º ciclo). -----

De acordo com o n.º 4 do artigo 3º do Regulamento de ASE, todos os requerimentos foram aceites, embora fora do prazo regulamentado para a receção das candidaturas, mas que pelos motivos apresentados (transferências de escolas), se atenderam. São alunos pertencentes a agregados familiares com baixos rendimentos económicos, integrados no 1.º e 2.º escalão de rendimentos determinados para efeitos de atribuição do abono de família. -----

Mais se informa que o encargo financeiro com estas refeições tem um valor estimado de 474,50€, sendo que por prudência para o 1.º período do ano letivo 2017/2018 o valor estimado será de 83,95€ e o encargo financeiro para o apoio em livros e/ou materiais escolares, para o 1.º Ciclo, tem um valor de 50€. -----

O pagamento do apoio em livros e/ou materiais escolares, para o 1.º Ciclo será feito à

entidade fornecedora dos materiais e/ou livros escolares, neste caso concreto à "Papeleria Articor", por meio de cheque ou outro meio de pagamento. -----

Toda a documentação para instrução das candidaturas encontra-se arquivada em pastas no Serviço de Educação. -----

A Câmara, por unanimidade, no âmbito das competências que lhe são cometidas pela alínea hh) do n.º 1, do art. 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, em matéria de Ação Social Escolar – Educação Pré-escolar e 1.º ciclo no que respeita a alimentação e materiais/livros escolares, para ano letivo 2017/2018, deliberou considerar as candidaturas apesar de extemporâneas. -----

**19. PROPOSTA PARA APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURA AO PROGRAMA DE GENERALIZAÇÃO DAS REFEIÇÕES ESCOLARES PARA O 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO – ANO LETIVO 2017/2018.** -----

Junto se apresenta a candidatura ao financiamento do Ministério da Educação, no âmbito da Generalização do fornecimento de Refeições aos alunos do 1.º Ciclo do Ensino Básico, de acordo com o estabelecido no Dec.-Lei n.º 55/2009, de 02 de março, no Despacho Regulamentar n.º 18987/2009, com ligeiras adaptações definidas pelos Despachos n.º 14368 – A/2010 de 14 de Setembro, Despacho n.º 12284/2011 de 19 de Setembro, Despacho n.º 11886-A/2012 de 6 de Setembro, pelo Despacho n.º 11861/2013 de 12 de Setembro, Despacho n.º 11306-D/2014 de 8 de Setembro e Despacho n.º 8452-A/2015 de 31 de julho em vigor no ano letivo 2017/2018, com as alterações introduzidas pelo Despacho n.º 5296/2017 de 16 de junho. -----

Estes normativos legais orientam o trabalho desenvolvido na área da Ação Social Escolar. Para efeitos da universalidade de acesso à refeição escolar, todos os alunos do 1.º ciclo matriculados nas nossas escolas, encontram-se inscritos no Programa de Generalização das Refeições Escolares. -----

Para o ano letivo 2017/2018, o preço das refeições escolares vai manter-se inalterado, sendo o valor de 1,46 €. -----

O Ministério da Educação e da Ciência de modo a colaborar com a autarquia na promoção de medidas de combate à exclusão social e de igualdade de oportunidades no



acesso e sucesso escolar, através deste programa, deverá comparticipar durante este ano letivo com o valor de 0,45€ por cada refeição consumida por aluno. -----

Considerando que a candidatura prevê que os 174 alunos do 1.º ciclo usufruam deste Programa e que o ano letivo comporta 171 dias letivos, o valor estimado do financiamento pelo Ministério da Educação deverá ser 13.389,30€. -----

Informo ainda que, para o 1.º período do ano letivo 2017/2018, que comporta 64 dias letivos, aplicando os valores a que faz referência o Despacho n.º 8452-A/2015 de 31 de julho, em vigor no ano letivo 2017/2018, com as alterações introduzidas pelo Despacho n.º 5296/2017 de 16 de junho, estima-se que o valor do financiamento do Ministério da Educação seja no valor de 5.011,20€. -----

Face ao exposto, no âmbito das competências que são cometidas à Câmara Municipal pela alínea hh) do n.º 1, do art. 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, de acordo com o estabelecido no no Dec.-Lei n.º 55/2009, de 02 de março, Despacho Regulamentar n.º 18987/2009, com ligeiras adaptações definidas pelos Despachos n.º 14368 – A/2010 de 14 de Setembro, Despacho n.º 12284/2011 de 19 de Setembro, pelo Despacho n.º 11886-A/2012 de 6 de Setembro, Despacho n.º 11861/2013 de 12 de Setembro, Despacho n.º 11306-D/2014 de 8 de Setembro e Despacho n.º 8452-A/2015 de 31 de julho, com as alterações introduzidas pelo Despacho n.º 5296/2017 de 16 de junho, deliberar em matéria de Ação Social Escolar de acordo com a Proposta apresentada para a candidatura ao Programa de Generalização das Refeições Escolares para o 1.º Ciclo do ensino Básico – Ano letivo 2017/2018 e demais documentação anexa. -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar a candidatura ao financiamento do Ministério da Educação, no âmbito da Generalização do fornecimento de Refeições aos alunos do 1.º Ciclo do Ensino Básico, nos termos propostos na Informação. -----

## **20. SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE CUBA. PEDIDO DE ISENÇÃO DE PAGAMENTO DE TAXAS.** -----

Solicitou a Santa Casa da Misericórdia de Cuba, isenção do pagamento de taxas inerentes ao licenciamento da obra de remodelação e ampliação da Estrutura Residencial de pessoas idosas (Proc. Nº16/15), edifício da Santa Casa da Misericórdia,

sito na Travessa do Carmo, em Cuba. -----

De acordo com o previsto na tabela de taxas, em vigor, a emissão da licença está sujeita ao pagamento das seguintes taxas: -----

Artº 74 - Taxa de emissão de alvará de licença.....76,49 €

Artº 74.1 – Acresce ao montante anterior por mês 9,32 € x 12 meses..... 111,84 €

Artº 81.1.8 – Outros fins (utilização)..... 157,03 €

Total..... 345,36 €

Prevê a alínea b) do nº2 do artº 5º do Regulamento de Taxas e Preços do Município de Cuba que “ *as instituições particulares de solidariedade social legalmente constituídas, pelas atividades que se destinem direta e imediatamente à realização dos seus fins estatutário*”, podem estar isentas de taxas ou beneficiar de uma redução até 50% mediante deliberação fundamentada da Câmara Municipal. -----

A Câmara, por unanimidade, com base na informação n.º 192/2017, da Subunidade Administrativa e em sintonia com as anteriores deliberações sobre esta matéria deliberou reduzir em 50% o valor das taxas a cobrar. -----

Mais delibera a Câmara, dar conhecimento aos destinatários em geral que, a partir de 2018, o deferimento deste tipo de pretensões ficará condicionado ao objecto específico daquilo que é requerido reforçando-se a possibilidade de deferimento apenas quando estejam em causa situações de marcadamente de interesse municipal relevante.-----

## **21. VERA CRISTINA BONITO BEIÇUDO. PEDIDO DE LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO. -----**

Solicita a Sr.ª Vera Cristina Bonito Beiçudo, licença especial de ruído para a realização de uma sessão de música ao vivo, no dia 30 de novembro de 2017, no horário compreendido entre as 22:00 horas e as 04:00 horas do dia seguinte, na Taberna do Arrufa, em Cuba. -----

A Câmara, por unanimidade, com base na informação n.º 193/2017, da Subunidade Administrativa, de acordo com o disposto no nº 2 do artigo nº 15 do D.L. 09/2007 de 17 de janeiro, na redação do Decreto-Lei n.º 278/2007, de 01 de agosto, deliberou conceder a licença especial de ruído até às 2,00 horas, devendo a requerente tomar as medidas necessárias para a prevenção e redução do ruído. -----



Mais deliberou a Câmara informar que o deferimento da presente pretensão não exonera a requerente de solicitar as respetivas licenças que deverão ser emitidas por outras entidades que não o Município. -----

**22. LUÍS MIGUEL ZORRO PERNIAL. APOIOS SOCIAIS – APOIO PARA COMPRA DE GÁS.**

Foi presente à Câmara o despacho da Sr.ª Vereadora Noémia Ramos que defere, com base na Informação n.º 87/2017, do Serviço de Ação Social e Saúde, atendendo à situação explanada, e ao facto do munícipe reunir os requisitos para poder ser apoiado no âmbito dos Apoios Sociais, nos termos do disposto na alínea v) n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09, em articulação com n.º 1 do art.º 14.º do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios Sociais, o pedido de apoio para compra de gás, no valor de € 24,00, formulado pelo Sr. Luís Miguel Zorro Pernial. -----

A Câmara, por unanimidade, de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 35 da Lei n.º 75/2013, de 12/09, designadamente: *“Em circunstâncias excecionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade”*, deliberou ratificar o despacho da Sr.ª Vereadora Noémia Ramos. -----

**23. JACINTA CUSTÓDIA PARREIRINHA BATISTA. APOIOS SOCIAIS – APOIO PARA COMPRA DE ALIMENTAÇÃO E GÁS.** -----

Foi presente à Câmara o despacho da Sr.ª Vereadora Noémia Ramos que defere, com base na Informação n.º 88/2017, do Serviço de Ação Social e Saúde, atendendo à situação explanada, e ao facto da munícipe reunir os requisitos para poder ser apoiada no âmbito dos Apoios Sociais, nos termos do disposto na alínea v) n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09, em articulação com n.º 1 do art.º 14.º do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios Sociais, o pedido de apoio para compra de alimentação no valor de € 50,00 e gás, no valor de € 26,00, formulado pela Sr. Jacinta Custódia Parreirinha Batista. -----

A Câmara, por unanimidade, de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 35 da Lei n.º

75/2013, de 12/09, designadamente: *"Em circunstâncias excepcionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade"*, deliberou ratificar o despacho da Sr.ª Vereadora Noémia Ramos. -----

**24. GRUPO CORAL BAFOS DE BACO. COMEMORAÇÃO DO 3.º ANIVERSÁRIO. PEDIDO DE CEDÊNCIA DO CENTRO CULTURAL, PAVILHÃO MULTIUSOS E MATERIAL, A TÍTULO GRATUITO.** -----

Solicita o Grupo Coral Bafos de Baco, a cedência do Centro Cultural, do Pavilhão Multiusos e de diverso material, a título gratuito, nos dias 7, 8 e 9 de dezembro de 2017, para a realização do 3.º Aniversário do Grupo, bem como isenção de pagamento de taxas decorrentes da emissão de licenças por parte do município. -----

Ao abrigo do disposto no art.º 1.º ponto 3, Cap. I do Código de Posturas e Regulamentos do Município de Cuba, as instalações poderão ser cedidas para casamentos, festas ou outras iniciativas, desde que essa utilização não prejudique a actividade referida no n.º 2 e não deteriore as instalações, sendo que, com base no artigo 2.º do Capítulo I, alínea 7 do mesmo regulamento, a taxa de utilização custeará as despesas inerentes ao funcionamento, conservação e manutenção das instalações, bem como do equipamento nelas existentes. -----

De acordo com o disposto na alínea ee) do art. 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12/09, compete à Câmara Municipal no âmbito do planeamento e do desenvolvimento *"criar, construir e gerir instalações, equipamentos, serviços, redes de circulação, de transportes de energia, de distribuição de bens e recursos físicos integrados no património municipal ou colocados por lei, sob a administração municipal"*. -----

Refere o n.º 2 do art.º 5.º do Regulamento Municipal de Taxas e Preços da Câmara Municipal de Cuba que, poderão estar isentos de taxas ou beneficiar de uma redução até 50%, mediante deliberação fundamentada da câmara, as associações culturais, desde que legalmente constituídas pelas atividades que se destinem direta e indiretamente à realização dos seus fins estatutários. -----



As taxas previstas em tabela são as seguintes: -----

Utilização do pavilhão multiusos, por cada dia – € 250,71. -----

Licença de ruído - cada dia € 16,97. -----

A Câmara, por unanimidade, com base na Informação nº 192/2017, da Subunidade Administrativa, deliberou: -----

a) Ceder o Pavilhão Multiusos, o Centro Cultural e o material solicitado; -----

b) Emitir, de acordo com o disposto no nº 2 do artigo nº 15 do D.L. 09/2007 de 17 de janeiro, na redação que lhe foi conferida pelo n.º 15.º do Decreto-Lei n.º 278/2007, de 01 de agosto, as licenças especiais de ruído; -----

c) Isentar do pagamento das taxas devidas ao abrigo do n.º 2 do art.º 5.º do Regulamento Municipal de Taxas e Preços da Câmara Municipal de Cuba. -----

**25. ANTÓNIO JOAQUIM COSTA SANTA RITA. PEDIDO DE PAGAMENTO DE DÍVIDA DE ÁGUA, EM PRESTAÇÕES. LOCAL DE CONSUMO: TRAVESSA DO NORTE, 1, CUBA. -----**

Solicita o Sr. António Joaquim Costa Santa Rita, na qualidade de consumidor de água da morada indicada, a possibilidade de poder proceder ao pagamento da quantia proveniente de consumo que tem em dívida no valor de € 107,95 e em processo execução fiscal, em prestações mensais de € 10,00, dado que, devido a dificuldades de ordem económica não tem possibilidade de proceder ao pagamento na íntegra. -----

A Câmara, por unanimidade, com base na Informação n.º 195/2017, da Subunidade Administrativa e em face do disposto no art.º 196.º do CPPT (DL n.º 433/99, de 26 de outubro), na sua versão atualizada, deliberou atender a pretensão da requerente possibilitando o pagamento em prestações alertando para o facto de que o incumprimento no pagamento de uma dessas prestações pressupõe a liquidação de todas as outras. -----

**26. ANTÓNIO JOAQUIM COSTA SANTA RITA. PAGAMENTO DE RENDAS EM PRESTAÇÕES. -----**

Solicita o Sr. António Joaquim Costa Rita, na qualidade de arrendatário das bancas de hortaliças n.º (s) 11 e 12, que lhe seja facultada a possibilidade de pagamento das

rendas do mercado municipal, que tem em dívida, sem agravamento, em prestações mensais de € 10,00, alegando problemas de saúde e dificuldades de ordem económica.

O valor em dívida é: maio – € 24,18; julho a novembro – € 120,90; -----

Agravamento – € 72,54; -----

Total – € 217,62; -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou atender a pretensão do requerente, possibilitando o pagamento em prestações, perdoando o agravamento. -----

**27. JOAQUIM OLIVEIRA DIONÍSIO. PEDIDO DE PAGAMENTO DE RENDAS DE HABITAÇÃO EM PRESTAÇÕES.** -----

Solicita o Sr. Joaquim Oliveira Dionísio, na qualidade de arrendatário do prédio sito na Rua Horta do Bicho lote 3, 1º Dtº., em Cuba, que lhe seja autorizado o pagamento das rendas de habitação que se encontram em dívida, em prestações no valor de € 15,00 mensais, bem com lhe seja retirado o agravamento, alegando indisponibilidade financeira. -----

O valor em dívida é: janeiro – € 98,00; abril – € 98,00; junho – € 99,00. -----

Agravamento – € 147,50. -----

Total – € 442,50. -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou atender parcialmente a pretensão do requerente, possibilitando o pagamento em 30 prestações de € 15,00, com os acertos na última prestação. -----

**28. INFORMAÇÃO ACERCA DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO DE CUBA”** -----

Foi presente a Informação n.º 64/2017, dos Serviços Financeiros, enquadrando de acordo com o estipulado na alínea c) do nº2 do artigo 25º da Lei 75/2013 de 12 setembro, a situação financeira do município se retrata da seguinte forma: -----

Execução Orçamental: -----

*O total das Disponibilidades (Valores em numerário e depósitos em bancos) é de €232.869,67 à data de 31/10/2017; -----*

*Os pagamentos efetuados à data de 31/10/2017 possuem o valor de € 3.960.561,49 para*



Despesas Correntes e €1.622.711,18 para Despesas de Capital. A despesa apresenta um grau de execução de 81,65 % no que diz respeito a despesa corrente e 54,19 % a despesa de capital; -----

As receitas cobradas pelo Município à data de 31/10/2017 ascendem a €3.921.592,15, no que diz respeito à receita corrente, €1.401.378,08 receita de capital e €2.372,82 em reposições não abatidas aos pagamentos. A receita apresenta um grau de execução de 80,56% relativamente à receita corrente e 54,28% à receita de capital. Sendo a execução global de 71,48%. Encontra-se por cobrar €166.404,26; -----

O saldo de execução orçamental à data de 31/10/2017 é de €187.524,99; -----

A cabimentação atingiu à data 98,93 % no que diz respeito a despesa corrente e 85,91%, no que diz respeito à despesa de capital; -----

Os compromissos assumidos no exercício em despesa corrente situam-se em €4.766.945,64 e em despesa de capital €2.508.285,96 e representam relativamente ao orçamento corrigido 98,27% e 83,76% respectivamente. No que diz respeito aos compromissos não pagos, ascendem a € 1.691.958,93 sendo: -----

€806.384,15 - Despesa corrente -----

€885.574,78 - Despesa capital -----

Os compromissos assumidos relativamente a exercícios futuros ascendem à data a €1.620.645,90; -----

A faturação comunicada, não paga (dívida) à data de 31/10/2017 ascende a € 452.131,67, sendo: -----

Despesa corrente : €247.265,35 -----

Despesa capital : €204.866,32 -----

Limites ao Endividamento: -----

De acordo com o estipulado na alínea b) do nº3 do artigo 52º da Lei 73/2013 de 3 Setembro: -----

"A dívida total das operações orçamentais do município e das entidades previstas no artigo 54º, da lei nº73/2013, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores". -----

A dívida total das operações orçamentais do município engloba os empréstimos, tal

como definidos no nº1 do artigo 49º, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento, por iniciativa dos municípios, junto de instituições financeiras, bem como todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais. -----

Limite da dívida total para 2017: -----

Limite da dívida total 2017(1,5\*média da receita corrente líquida dos últimos 3 anos) :

Receita corrente líquida 2014	Receita corrente líquida 2015	Receita corrente líquida 2016	Total	Média da receita corrente líquida
(1)	(2)	(3)	(4)=(1)+(2)+(3)	(5)=(4)/(3)
4.224.971,97	4.251.857,42	4.681.638,84	13.158.468,23	4.386.156,08

Limite da dívida total: € 6.579.234,12 -----

Situação do Município em 01-01-2017 : -----

Total dívida terceiros	Contribuição SM/AM/SEL	Dívida total	FAM +Dívidas Não Orçamentais	Dívida Total Excluindo FAM +Op. Tesouraria
(2)	(3)	(4)=(2)+(3)	(5)	(6)
2.482.412,33	39.293,17	2.521.705,50	224.016,82	2.297.688,68

Situação do Município em 01-01-2017 : € 2.258.395,51 -----

Situação do Município + SM+AM+SEL em 01-01- 2017: € 2.297.688,68 -----

Situação do Município ( de forma isolada) em 30-09-2017:€2.542.112,05 -----

Situação do Município + SM+AM+SEL em 30-09-2017:€2.578.323,90 -----

O montante da dívida das associações de municípios e da empresa municipal, que contribuem para o cálculo da dívida do Município, são: -----

AMBAAL (participação de 3,41%):€18.281,77 -----

AMCAL (participação de 22,05%): €8.499,38; -----

AMGAP :€0,00; -----

ANMP:€240,86; -----

CIMBAL ( participação de 3,91%): €9.189,84; -----

Centro de Estudos Diogo Dias Melgaz, Unipessoal ( participação de 100%):€0,00 -----

Verifica-se que o Município se encontra numa situação de crescimento, em relação ao



início do ano, no que diz respeito à dívida total, quer considerando a dívida do município de forma isolada ou conjunta. No que diz respeito à dívida conjunta foram tidos em consideração os montantes referentes ao 3º trimestre de 2017, uma vez que à data se conhecem novos valores. -----

*Pagamentos em atraso:* -----

De acordo com o estipulado, na Lei nº 8/2012, "a execução orçamental não pode conduzir, em qualquer momento, a um aumento dos pagamentos em atraso." -----

No que diz respeito ao período em análise, não possui o Município pagamentos considerados em atraso. -----

*Fundos Disponíveis:* -----

Os Fundos disponíveis do período foram de: € 386.000,76, tendo sido absorvidos até final do mês de € 385.000,00. -----

*Equilíbrio Orçamental:* -----

De acordo com o enumerado no nº2 do artigo 40º da Lei das Finanças Locais, o equilíbrio orçamental é apurado da seguinte forma: -----

"A receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de M/L prazo". -----

No que diz respeito ao período em análise, o município encontra-se numa situação de desequilíbrio: -----

Receita corrente bruta : € 3.921.592,15 -----

Amortização média anual: € 267.033,61 -----

Despesa corrente paga: € 3.960.561,49 -----

Receita corrente bruta «= Despesa corrente + Amortizações médias de empréstimos € 3.921.592,15 «= € 3.960.561,49 + € 267.033,61. -----

Do atrás exposto conclui-se: -----

No que diz respeito à dívida por cobrar verifica-se um aumento em relação ao saldo inicial em Janeiro de 2017. Deve ser analisada esta situação e adoptadas medidas corretivas, uma vez que em termos absolutos o aumento verificado é de € 9.830,24. ---

Os montantes em execução fiscal não tem diminuído encontrando-se alguns dos processos em análise nos serviços jurídicos; -----

Luís  
M  
N  
J  
X  
P

O município encontra-se à data com elevada execução orçamental da despesa, no que diz respeito a cabimentos e compromissos, por força da execução orçamental e da lei dos compromissos cujo horizonte é de 6 meses; -----

No que diz respeito à dívida total verifica-se um aumento da dívida em 12,56% (dívida individual) e 12,21% (dívida conjunta); -----

Não existem pagamentos em atraso; -----

No que diz respeito à regra do equilíbrio orçamental o Município está em incumprimento. Caso esta situação se venha a manter em 31-12-2017, deverá ser inferior a 5% das receitas correntes totais, sendo obrigatoriamente compensado o saldo negativo no exercício seguinte. -----

O Sr. Vereador Luís Barriga perguntou ao Sr. Presidente da Câmara se está confiante relativamente ao equilíbrio financeiro no final do ano. -----

O Sr. Presidente respondeu que está sempre confiante. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

## **29. INFORMAÇÃO SOBRE HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTOS DE RESTAURAÇÃO E/OU BEBIDAS. -----**

Foi presente à Câmara, para conhecimento, o teor do ofício endereçado aos proprietários dos estabelecimentos de restauração e bebidas sediados na área do concelho de Cuba, alertando para a necessidade de cumprimento do Regulamento Municipal da Restrição do Horário de Funcionamento dos referidos estabelecimentos:

Ex<sup>mo</sup> Senhor/Ex<sup>ma</sup> Senhora, -----

Serve o presente para informar V. Ex<sup>a</sup> que, por deliberação da Câmara Municipal de Cuba, de 24/05/2017, e da Assembleia Municipal de Cuba, de 27/06/2017, foi aprovado o Regulamento Municipal da Restrição do Horário de Funcionamento dos Estabelecimentos de Restauração e Bebidas, que foi publicado no Diário da República, 2.ª série, N.º 143, de 26 de julho de 2017, e entrou em vigor no dia 27/07/2017. -----

O Regulamento encontra-se disponível para consulta no sítio institucional desta Câmara



Municipal – [www.cm-cuba.pt](http://www.cm-cuba.pt). -----

Determina este Regulamento que, por razões de segurança ou de proteção da qualidade de vida dos cidadãos, os estabelecimentos de restauração e de bebidas localizados dentro do perímetro urbano da Vila de Cuba e das aldeias e lugar que integram o Município de Cuba só podem funcionar, todos os dias da semana, até às 02h00, e as respetivas esplanadas e demais instalações ao ar livre até às 00h00. -----

Nesta conformidade, aconselha-se V. Ex<sup>a</sup> para que tome as devidas diligências no sentido do cumprimento deste Regulamento, sob pena de poder vir a ser autuado na sequência das correntes ações de fiscalização levadas a cabo pelas entidades competentes (Guarda Nacional Republicana, Polícia de Segurança Pública, Autoridade de Segurança Alimentar e Económica). -----

Mais se informa que o funcionamento do estabelecimento fora do horário referido constitui contraordenação, punível com coima graduada entre € 250,00 a € 3.740,00, no caso de pessoas singulares, e de € 2.500,00 a € 25.000,00, no caso de pessoas coletivas. A Câmara tomou conhecimento. -----

**30. AUTO VISTORIA AO ABRIGO DO DISPOSTO NO ARTIGO 90.º DO RJUE -  
CONSTRUÇÕES DEGRADADAS. RUA DO BAIRRO NOVO DA BICA, EM CUBA. -----**

Foi presente à Câmara a Informação n.º 006V/2017, do Serviço de Urbanismo relativamente ao assunto em epígrafe, cujo teor se transcreve: -----

“Na sequência da reclamação apresentada pela Sr.ª Carina Sousa, moradora na Rua do Bairro Novo da Bica, 12, realizámos vistoria no dia 26/09/2017 às 10h30m, que visou a verificação das condições de salubridade, segurança e estado de conservação de um prédio sito no mesmo arruamento, para efeitos do disposto no n.º 4 do artigo 90.º do RJUE, na redacção actual do Decreto-Lei n.º 136/2014 de 9 de Setembro, tendo-se constatado o seguinte: -----

a. O prédio apresentava nos termos do disposto no artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 266-B/2012 de 31 de Dezembro, um nível de conservação péssimo (1), uma vez que se encontrava em estado generalizado de ruína; -----

b. A degradação é bem visível em toda a extensão do prédio, com particular incidência

na área em se regista a derrocada dos elementos construtivos da edificação e de parte do muro de delimitação da propriedade, contíguo à via pública; -----

c. Nas restantes áreas é acentuada a deterioração das paredes exteriores em taipa e da estrutura da cobertura que já ruiu em áreas significativas. Por força da ausência de obras de conservação, para além da degradação generalizada do edificado, há a registar o crescimento de vegetação espontânea de modo intrusivo nos limites das construções;

d. Se não forem tomadas medidas urgentes, em face da degradação progressiva e da aproximação do período de chuvas, há o risco eminente de derrocada dos elementos construtivos que restam, e do potencial perigo para a saúde pública e para segurança das pessoas que circulam nesse local. -----

Para efeitos das obrigações legais impostas pelos artigos 89.º a 91.º do RJUE, sugerimos como solução a realização de trabalhos de demolição, de desmatação e limpeza do prédio. As obras de demolição estão sujeitas a licença camarária ao abrigo do disposto na alínea f) do n.º 2 do artigo 4.º do RJUE, na redacção actual do Decreto-Lei n.º 136/2014 de 9 de Setembro; situação que os proprietários deverão acautelar num prazo de 45 dias, sob pena de a câmara municipal accionar a posse administrativa para dar execução imediata às obras coercivas, conforme o artigo 91.º do mesmo diploma. -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou proceder de acordo com o proposto no auto de vistoria. -----

### 31. INSCRIÇÕES PARA APOIOS SOCIAIS. -----

O Gabinete de Ação Social e Saúde da Câmara Municipal de Cuba, vem por este meio solicitar, que se dê início ao processo de candidaturas aos apoios sociais. -----

O Regulamento para Apoios Sociais em vigor na Autarquia é elaborado de acordo com o disposto no Artº 241 da Constituição da República Portuguesa, na alínea a) do nº2 do artigo 53, alínea b) e c) do nº 4 e alínea a) do nº 6, ambos do artigo 64, da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e artigos 114 e seguintes do Código de procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei 442/91, de 15 de Novembro, na sua atual redação. -----

De acordo com o nº1 do artº 4º do capítulo I do Regulamento para Apoios Sociais em

Handwritten notes and signatures in blue ink. At the top, the word "Fato" is written. Below it, there are several signatures, including one that appears to be "Neri" and another that looks like "Pérola". There are also some initials and marks.



vigor na Autarquia, estabelece que o prazo de candidaturas para os apoios sociais devem decorrer durante o mês de Janeiro de cada ano, porém, é de extrema importância que estas candidaturas decorram entre dia 04 e 18 de Dezembro de 2017, para que se possa fazer a análise dos processos com a maior brevidade possível, para que os utentes possam usufruir destes apoios. -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou proceder à abertura do prazo para receção das candidaturas. -----

**32. INÁCIA FRANCISCA ORELHA SOUDO. PEDIDO DE PROLONGAMENTO DE HORÁRIO.**

Solicita a Sr.<sup>a</sup> Inácia Francisca Orelha Soudo, a possibilidade de prolongamento de horário, no estabelecimento de bebidas, Cubas, sito na Rua da Amoreira, em Cuba, até às 04h00 nos dias: -----

30 de novembro a 01 de dezembro de 2017; 07 a 08 de dezembro de 2017; 22 a 23 de dezembro de 2017; 23 a 24 de dezembro de 2017 e 29 a 30 de dezembro de 2017. -----

De acordo com o n.º 1 do artigo 3º do Regulamento Municipal da Restrição do Horário de Funcionamento dos Estabelecimentos de Restauração e Bebidas, datado de 27/07/17, os estabelecimentos de restauração ou de bebidas, de restauração ou de bebidas com espaço para dança ou salas destinadas a dança, ou onde habitualmente se dance, ou onde se realizem de forma acessória, espetáculos de natureza artística, os recintos fixos de espetáculos e de divertimentos públicos não artísticos situados dentro do perímetro urbano da Vila de Cuba e das aldeias e lugar que integram o Município de Cuba "só podem funcionar, todos os dias da semana, até às 02h00". -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou deferir o pedido para os dias 23 a 24 de dezembro atendendo à quadra festiva. -----

**33. CENÁRIOAGOSTO UNIPessoal, LDA. PEDIDO DE LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO. PEDIDO DE ALARGAMENTO DE HORÁRIO.** -----

Solicita a empresa Cenárioagosto Unipessoal, Lda., licença especial de ruído para a realização de uma festa com música ao vivo, no dia 02 de dezembro de 2017, na Adega da Lua, em Cuba, no horário compreendido entre as 21h00 e as 04h00, por ocasião o

Handwritten signatures and initials in blue ink, including "N.º 1", "Deito", and "F.º".

2.º aniversário com a participação do Mico da Câmara Pereira, bem como o alargamento do horário até às 04h00. -----

**(1) Licença especial de ruído** – De acordo com o disposto no n.º 15 do Decreto-Lei 278/2007 de 01/08, o exercício de actividades ruidosas temporárias pode ser autorizado em casos excepcionais e devidamente justificados, mediante emissão de licença especial de ruído concedida pelo município. -----

**(2) Alargamento de horário** – De acordo com o disposto no artigo 15.º do presente Decreto-Lei. De acordo com o n.º 1 do artigo 3º do Regulamento Municipal da Restrição do Horário de Funcionamento dos Estabelecimentos de Restauração e Bebidas, datado de 27/07/17, os estabelecimentos de restauração ou de bebidas, de restauração ou de bebidas com espaço para dança ou salas destinadas a dança, ou onde habitualmente se dance, ou onde se realizem de forma acessória, espetáculos de natureza artística, os recintos fixos de espetáculos e de divertimentos públicos não artísticos situados dentro do perímetro urbano da Vila de Cuba e das aldeias e lugar que integram o Município de Cuba "só podem funcionar, todos os dias da semana, até às 02h00". -----  
A Câmara, por unanimidade, deliberou atender a pretensão da requerente atendendo a que se trata do aniversário da gerência do estabelecimento. -----

#### **34. RECENSEAMENTO ELEITORAL 2017. TRANSFERÊNCIA DE VERBAS PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS.** -----

De acordo com o Despacho da Secretária de Estado Adjunta e da Administração Interna, foi transferida, para a Câmara Municipal, a verba a que se refere o n.º 1 do art.º 72.º da Lei n.º 13/99, de 22/03, no valor de € 152,63 (cento e cinquenta e dois euros e sessenta e três cêntimos). -----

Da aplicação da fórmula de cálculo, através dos coeficientes de ponderação, resulta a seguinte distribuição por freguesia: -----

(Verba por concelho x n.º de sv na freguesia): n.º de sv (secções de voto) no concelho + (verba por eleitor x n.º de eleitores) + verba por freguesia. -----

Cuba:  $(37,50 \times 3):7 + (0,005 \times 2567) + 24,00 = € 52,91$  -----

Faro do Alentejo:  $(37,50 \times 1):7 + (0,005 \times 463) + 24,00 = € 31,68$  -----



Vila Alva:  $(37,50 \times 1) + (0,005 \times 374) + 24,00 = € 31,23$  -----

Vila Ruiva:  $(37,50 \times 2) + (0,005 \times 419) + 24,00 = € 36,81$  -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou proceder à transferências das verbas correspondentes a cada uma das freguesias. -----

**35. RUI ALGARVIO. PROCESSO DE OBRAS N.º 23/2017. RETIFICAÇÃO DE DELIBERAÇÃO.**

No processo de obras 23/2017 de Rui Algarvio a deliberação tomada na anterior reunião de Câmara contempla uma calendarização de 6 meses quando, na realidade, de acordo com o documento constante do processo, se prevê um período de 6 semanas para a realização dos trabalhos. -----

Propõe-se a retificação da deliberação. -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou proceder à correcção da deliberação considerando as 6 semanas conforme calendarização proposta. -----

**36. AMÊNDOAS - HERDADE DA PALHETA, LDA. PROCESSO DE OBRAS N.º 29/2017. -----**

Instalação de casa para bombas de rega na Herdade da Palheta, art.º 1, secção A, Cuba Foi proferido despacho de aceitação de Comunicação Prévia. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

**PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO. -----**

Cumprimento do disposto no n.º 2 do art.º 49.º Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro:

*"2 - Os órgãos executivos das autarquias locais realizam, pelo menos, uma reunião pública mensal, aplicando-se, com as devidas adaptações, o disposto na parte final do número anterior". -----*

Aprovação da ata: -----


Em conformidade com o art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para constar lavrou-se a presente ata que foi aprovada, em minuta, por unanimidade, depois de lida em voz alta na presença dos membros da Câmara, que a rubricaram. -----

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião pelas 14,25 horas. -----

E eu, José Francisco Ribeiro Roque, Coordenador técnico da Câmara Municipal de Cuba, designado para secretariar as reuniões do órgão executivo redigi a presente ata, que assino com o Senhor Presidente. -----

O Presidente da Câmara,

O Coordenador técnico,

  
Nº 1  
Ribeiro

